



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA (DHI)

Glauco Moura Santos

MODERNIDADE PERIFÉRICA: SIGNOS DA MODERNIDADE NA ARACAJU
DO INÍCIO DO SÉCULO XX

São Cristóvão
2016

Glauco Moura Santos

**MODERNIDADE PERIFÉRICA: SIGNOS DA MODERNIDADE NA ARACAJU
DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Trabalho de conclusão de curso apresentada à disciplina de Prática de Pesquisa como requisito para obtenção de diploma de conclusão de curso na graduação em licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

São Cristóvão
2016

Resumo

Um processo de transformação intensa afetou a vida de milhares de homens e mulheres ainda na segunda metade do século XIX. Nesse período, as pessoas se sentiram imersas em um turbilhão caracterizado pela vida moderna nas metrópoles. No Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, a máxima de ordem e progresso remodelou as antigas estruturas das cidades coloniais, transformando-as em modernos centros urbanos. Em Aracaju, essas mudanças ocorreram, mais lentamente, nas primeiras décadas do século XX. Dessa forma, o objetivo deste trabalho, é buscar entender, através de indícios em jornais, como se configuraram essas transformações

Palavras-chave: Modernização; modernidade; reforma urbana; transferência da capital; sociabilidades

Summary

An intense transformation process affected the lives of thousands of men and women still in the second half of the nineteenth century. During this period people felt immersed in a whirlwind characterized by modern life in cities. In Brazil, particularly in Rio de Janeiro, the maximum order and progress has redesigned the old structures of the colonial cities, turning them into modern urban centers. In Aracaju, these changes occurred more slowly in the first decades of the twentieth century. Thus, the objective of this work is to seek to understand, through evidence in newspapers, as configured these transformations

Keywords: Modernization; modernity; urban reform; transfer of capital; sociabilities

Sumário

INTRODUÇÃO	05
PARTE 1 – MODERNOS E MODERNIDADES	06
1.1 – Por um conceito de Modernidade	06
1.2 – Uma Experiência Moderna	09
PARTE 2 – MODERNOS E MODERNIDADES NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA	13
2.1 – Modernidade Periférica	14
2.2 – Rio de Janeiro: tensões geradas pelo processo modernizador.	15
PARTE 3 – SIGNOS DA MODERNIDADE: VIVER E FAZER CULTURAL ARACAJUANO	23
3.1 – Prenúncio hodierno	23
3.2 – Modernidade Pastoral	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho intenta apresentar o incipiente processo de modernização da capital sergipana, Aracaju, ocorrido nas primeiras três décadas do século XX. Bem como, busca elucidar o modo pelo qual este processo de modernização ocasionou mudanças significativas na experiência sensível e no cotidiano dos aracajuanos, ou seja, na forma como os cidadãos de diversos extratos sociais desta capital reagiram às mudanças e aos novos estímulos da modernidade que nela aportaram.

Para tanto, foi preciso entender a experiência singular desta capital como parte de um processo amplo de transformações que ocorreram na Europa no final do século XIX, mais precisamente, após a Segunda Revolução Industrial (1870) que, impulsionada por inovações técnicas como a descoberta da eletricidade, mecanização da produção nas fábricas, desenvolvimento de sistemas de transportes mais eficientes e dos meios de comunicação de massa, representa o ápice da expansão da economia capitalista rumo a um mercado mais globalizado.

Para compor esta pesquisa, lançaremos mão do método indiciário proposto por Carlo Ginzburg, no qual são analisados textos dos principais jornais – fontes – sergipanos de maior circulação no período compreendido entre 1907 à 1930 disponíveis no Arquivo Público de Sergipe e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE – afim de encontrar indícios argumentativos que embasem nossa pesquisa.

Do ponto de vista teórico, tentaremos compor uma revisão bibliográfica de parte da literatura referente ao tema proposto e até então produzido (monografias, revistas e artigos) em universidades, congressos e grupos de estudos.

Este trabalho está dividido em três secções distintas que norteiam a ideia de uma modernidade na capital sergipana, Aracaju, nas primeiras três décadas do século XX.

Na primeira secção, segue-se um esboço dialógico do estado da arte – ou referencial teórico – dos principais conceitos utilizados nesta pesquisa, bem como uma análise historiográfica, a fim de estruturar um percurso para fundamentação deste artigo.

Na segunda secção, a exposição de alguns dos principais conceitos e fatos inerentes ao conjunto de transformações ocorridas na Europa após a Segunda Revolução Industrial e o avanço dessas transformações pelas periferias globais, entre elas, Aracaju.

Na terceira e última secção, focamos no problema da chegada da modernidade em Aracaju, como esta capital se insere nesse contexto de transformações ocorridos na Europa.

PARTE 1 – MODERNOS E MODERNIDADES

1.1 – Por um conceito de Modernidade

Entendemos por modernidade o conjunto de transformações ocorridos no Ocidente, tendo a Europa como principal centro irradiador desse novo tipo de ideal. Estas transformações fizeram surgir novas formas de atividades econômicas e culturais que modificaram significativamente o cotidiano de homens e mulheres, em maior ou menor grau, conforme cada contexto.

O conjunto dessas novas sociabilidades emergentes simbolizam o modo drástico pelo qual um novo imperativo cultural foi se instituindo e se afirmando ao qual denominamos de Idade Moderna – ou Modernidade.

Francisco Coelho dos Santos tipifica a modernidade da seguinte forma:

Modo de civilização fundado no racionalismo, na organização da produção visando a otimização dos resultados, numa consciência burguesa e secularizada, assim como nas manifestações psicológicas ou espirituais que dela decorrem, a modernidade pode ser caracterizada pela fé inabalável na Razão, pela crença indestrutível na ideia de Progresso e pela oposição resoluta à Tradição. (SANTOS, 1998, p. 22)

A racionalidade é entendida aqui como um fator basilar que define o mundo moderno. Ela reconstrói e estrutura toda a forma de ser do homem moderno. A modernidade propunha um conhecimento do mundo, seja ele natural ou social, a partir do conhecimento racional científico para melhor controlá-lo e explorá-lo na obtenção de recursos materiais, ou seja, buscava racionalizar um intercâmbio entre sociedade e natureza.

Desta forma, a razão se impõe como a luz que ilumina o caminho árduo e promissor dos sujeitos rumo ao progresso social e cultural. A modernidade é, por fim, uma utopia que se auto constitui em nome da razão e do progresso promovido pela sociedade burguesa.

O Iluminismo – ou esclarecimento – ilustrou perfeitamente esse movimento de transformação e difusão da racionalidade como modo de superação dos antigos valores que constituíram a sociedade durante o Antigo Regime na Europa. Os iluministas buscaram transformar a modernidade num imperativo cultural da nova sociedade burguesa através de uma nova hermenêutica dos textos antigos, tendo uma influência significativa nas transformações que seguiram a Revolução Francesa em 1789 e na Revolução Industrial. Essa nova sociedade buscou na racionalidade construir um novo mundo que atendessem aos seus anseios individuais e coletivos, buscando assim construir um projeto sociocultural que tem como precursor os ideais iluministas

cuja raiz advém da polis grega, mas que se propaga no decorrer da história rumo a um futuro mais promissor, mas que nunca se encerra.

Dessa forma, podemos afirmar que modernidade é sempre um porvir. Um acontecimento que nunca se encerra no presente ou num tipo de realização objetiva. É sempre um movimento, uma projeção, que se desloca exclusivamente para o futuro e em nome do progresso social. Diferente da tradição que se volta exclusivamente para o passado, a modernidade é sempre um devir – um vir a ser –, uma linha de fuga linear e infinita que liga passado, presente e futuro e que constitui o tempo da História.

A modernidade também inaugura um novo tempo, ou melhor, uma nova forma de experimentar o tempo. Segundo a assertiva do historiador e antropólogo Pierri Bedin:

(...) se a lógica da modernidade é a do ‘dever ser’, e a racionalização viabilizadora do progresso pretendido, o tempo torna-se dimensão significativa. Conforme a noção temporal desta, onde a linearidade é pressuposto, a calculabilidade, a pontualidade, a previsibilidade são elementos instituintes da cultura moderna” (BEDIN, 1998, p. 37)

Nobert Elias, em seu artigo intitulado *Sobre o Tempo*, nos diz que o tempo físico é diferente do tempo social, e que o tempo como categoria social não é uniforme, muito menos linear. Ele é exclusivamente dependente de um contexto e de uma capacidade de síntese do indivíduo que é adquirida através de um processo longo de aprendizagem que ultrapassa gerações e sofre variações conforme o contexto no qual o indivíduo está inserido. Ele completa ainda:

O indivíduo, ao crescer, aprende a interpretar os sinais temporais usados em sua sociedade e a orientar sua conduta em função deles. A imagem mnêmica[relativo a memória] e a representação do tempo num dado indivíduo dependem, pois, do nível de desenvolvimento das instituições sociais que representam o tempo e difundem o seu conhecimento, assim como das experiências que o indivíduo tem dela desde a mais tenra idade (ELIAS, 1998, p. 15)

Isso significa dizer que, no campo da experiência humana, o conhecimento do tempo não é inerente a natureza humana ou mesmo uma metafísica originária e eterna que compõe as narrativas religiosas, tampouco objetivo e apreensível do ponto de vista científico. A racionalidade moderna, pelo contrário, buscou articular o tempo histórico que pudesse viabilizar um projeto social

Temos, portanto, na modernidade, um tempo cuja realização é percebida ainda no presente, e que tece consigo uma rede de acontecimentos que constitui o desenrolar de nossa cultura na História.

O tempo, aqui, não é tomado como algo natural e evidente, mas como construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se

lançam ao futuro como horizonte de expectativas. Por isso mesmo, a história – considerada como conjunto dos fatos do passado, como dimensão existencial e como concepção e conhecimento da vida, que permitem a sua inteligibilidade – deve ser apreendida em sua própria historicidade, constituindo um objeto da reflexão teórica destinada a conhecer os seus limites e as suas consequências. (Koselleck, 2006. p. 09)

É possível dizer que essa nova concepção de Tempo, que constitui a experiência na modernidade, também inaugura uma nova forma de conceber a História. Este momento singular de autoconsciência do sujeito moderno nos permite afirmar que a modernidade reconfigurou o nosso entendimento acerca da historicidade do próprio conceito de História – que até então era entendido como o conjunto das narrativas de fatos históricos e dos grandes feitos. A História ganha o *status* de Saber com grande impacto na experiência dos indivíduos em relação ao mundo.

Reinhart Koselleck investiga esse momento de transição no uso do conceito de História – e sua relação intrínseca com uma nova concepção de tempo –, antes concebida como o conjunto das narrativas que compõem um passado comum de uma comunidade (*Historie*), passa então por uma redefinição semântica a partir do século XVIII, quando ganha o *status* de saber (*Geschichte*), além de uma nova significação no campo da experiência. Ele continua: “*o processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui algo como tempo histórico*” (p. 16).

Esta nova concepção de tempo e, portanto, da história faz parte de uma nova hermenêutica do mundo inaugurada na modernidade. Se, durante a Idade Média e o Antigo Regime, perdurava um tempo inerente as teodiceias, um tempo que se ampara na tradição, ou que busca caracterizar o período do plantio e da colheita, o transpassar dos dias e das estações, das festividades, dos eventos naturais, um tempo quase inteiramente voltado para o passado ou para as experiências de grande impacto coletivo.

O tempo moderno, pelo contrário, pressupõe-se racional-científico, mensurável; é um tempo cuja calculabilidade dinamiza a experiência dos cidadãos nas cidades; é o tempo do bonde, do apito das fábricas que se alastram pelas cidades movendo um contingente de trabalhadores dos campos para os populosos centros urbanos; o tempo pragmático e irreversível do ponteiro do relógio; o tempo das viagens de trem. Por fim, o tempo da História.

1.2 - Uma Experiência Moderna

Se possível constatar, a partir daqui, a instauração de uma Modernidade, é preciso também identificar como esta – a modernidade – ganha materialidade no campo da experiência ou como modo de vida, compondo, assim, novos padrões de subjetividade.

Vejamos o que diz o historiador Nicolau Sevcenko ainda sobre a experiência moderna:

...essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou alheamento de outros seres humanos. De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo tão dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. (SEVCENKO. 2006. p. 07 - 08)

Entretanto, é importante entender também como estes indivíduos ajudaram a transformar esse novo *Habitus* – leia-se coleção de valores, aspirações e padrões de comportamento. Dito de outra forma, devemos compreender a dinâmica que se estabelece entre a estrutura e os indivíduos na construção de um novo contexto social que permanecerá em constante mudança. Nesta acepção, Marshal Berman acrescenta, de forma mais ampla, o seguinte: “*defino modernidade como qualquer tentativa feita por homens e mulheres modernos no sentido de não se tornarem não apenas objetos mas também sujeitos da modernização*” (p.11).

É possível dizer, neste sentido, que o indivíduo moderno não apenas reproduz padrões comportamentais como também reinventa e atualiza práticas sociais em um contexto singular.

No âmbito mais geral, é possível afirmar que tais transformações não surgiram ao acaso. As grandes navegações ampliaram nossa concepção de mundo; novas descobertas no campo das ciências naturais e da física que se contrapunham incisivamente sobre o saber da antiguidade e idade média alteraram significativamente nossa ideia do mundo e do universo até então desconhecida; a explosão demográfica fez com que grande parte da população que antes viviam no campo se deslocassem para os emergentes centros urbanos em busca de melhores condições de vida; surge também um novo tipo de racionalização aplicada a produção industrial e no campo que ajudou a criar relações de trabalho e de classe; desenvolvimento de um novo complexo tecnológico de comunicação de massa que encurtaram as distâncias nas relações interpessoais e entre nações, assim como, desenvolveu-se novas formas de produção e difusão de conhecimento; expansão e afirmação do capitalismo como modelo econômico vigente a partir da revolução industrial; inovação tecnológica que permitiu a evolução e criação de novos meios de transportes como o

bonde elétrico, o trem e embarcações movidas a vapor; o desenvolvimento de tecnologia aplicada as arte como a fotografia e o cinema.

Acompanhemos a narrativa imagética que Berman nos traz acerca dessa nova paisagem que compõe a modernidade:

Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de media, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados Nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade.(BERMAN, 2007. p.28)

Tais mudanças nos dão uma dimensão mais precisa do turbilhão que afetou toda a sociedade Europeia e se expandirá em direção as periferias globais com a segunda Revolução Tecnológica – ou Segunda Revolução Industrial.

É possível afirmar que, se há um tempo moderno, há também um espaço onde a modernidade ganhará sua materialidade. Esse espaço é, sem dúvidas, as cidades – ou centros urbanos.

Os principais núcleos urbanos surgiram ainda no final da Idade Média. Estes sempre articulados a um aumento e desenvolvimento da produção campesina, servindo de entrepostos comerciais e proporcionando o desenvolvimento de uma atividade mercantil entre campo e cidade. Sobre essa inter-relação, Francisco Falcon acrescenta:

Um dos efeitos mais evidentes do crescimento das cidades foi o aumento das transações comerciais entre campo e cidade, cabendo a esta última o papel de centro integrador das atividades mercantis e artesanais. Teríamos aí então, conforme velha e quase esquecida tese, a passagem de uma economia dita de subsistência, ou natural, para uma outra, mercantil e monetária. (2006. p. 11)

É importante notar que, apesar de um nítido desenvolvimento dessas pequenas cidades, boa parte da população desse período ainda vivia nos campos onde permaneciam os costumes mais tradicionais. Segundo Eric J. Hobsbawm, é só a partir do século XIX que essa situação se inverte, quando estes centros urbanos passam a catalisar um grande contingente de trabalhadores em busca melhores condições de trabalho e melhoria de vida.

Uma revolução urbana só foi possível, em certa medida, com uma revolução da produção agrícola. Basicamente a produção desses produtos tinham por objetivo abastecer as grandes cidades durante a revolução industrial. Estima-se que, durante esse período, houve uma significativa

evolução nos processos de plantio e colheita, bem como, o desenvolvimento de processos técnicos no trato com o solo a fim de viabilizar um aumento na produção de matéria-prima pra indústria.

Hosbsbawm acrescenta:

...uma parte crescente da agricultura tinha em comum por todo mundo era uma sujeição à economia industrial mundial. Suas demandas multiplicavam o mercado comercial para produtos agrícolas – a maior parte dos alimentos e matérias-primas para indústria, assim como alguns produtos industriais de menor importância – tanto internamente, através do rápido crescimento das cidades, como internacionalmente. (1982. p 190)

O elemento dinâmico que constitui o desenvolvimento tecnológico da produção agrícola está intrinsecamente ligado a um aumento significativo da demanda desses novos centros urbanos industrializados. Isso não quer dizer que o aumento da produção agrícola não permitia a coexistência com o pequeno e médio produtor ou com culturas tradicionais de subsistência, mas que houve uma expressiva inversão e transformação no caráter dessas produções.

A consequência de todo esse processo é um intenso deslocamento de trabalhadores dos campos para as cidades. Este processo de migração, inexpressivo até o século XVIII, passa a ser regra.

O fenômeno industrial – bem como as más condições de trabalho no campo – foi o principal fator de deslocamento de homens e mulheres dos campos para as cidades. Esse intenso processo de migração, em meados do século XIX, ao qual Hobsbawn define como a “*a maior migração dos povos na história*” (p. 207), marca, sem dúvida, o início de um processo dramático na formação das primeiras metrópoles.

Atraídos principalmente pela grande demanda nas fábricas, construções de ferrovias, transporte e comércio, assim como serviços domésticos, esses indivíduos agora formavam um excedente de trabalhadores urbanos. Era comum, nesse tipo de trabalho, a falta de especialização ou alfabetização, exceto no comércio, onde algum tipo de formação era mais exigido. As mulheres quase sempre seguiam para o serviço doméstico, enquanto os homens permaneciam em trabalhos que exigiam intensa força física como: construções, fábricas e serviços de transportes.

Hobsbawn afirma que “*a concentração de pessoas em cidades era o mais impressionante fenômeno social do atual século [século XIX].*” (p.222). A cidade é, sem sombra de dúvidas, o símbolo máximo da modernidade. O século XIX marcou uma explosão na taxa de urbanização tanto na Europa como nos Estados Unidos. Ainda que as grandes metrópoles fossem exceções, posto que boa parte das cidades Europeias desse período tinham um porte mediano, eram nessas grandes cidades onde se desenvolviam o maior número de serviços como transporte, administração e comércio, o que definitivamente tornavam-nas mais atraentes.

Na França, tivemos Paris como a melhor representação do fenômeno urbano na modernidade. Nesta capital é possível visualizar com melhor clareza a dimensão dos reveses associados ao desenvolvimento urbanístico. Ainda no século XIX, Paris sofreu uma série de reformas urbanísticas promovidas pelo então conhecido Barão Haussmann.

A reformulação do espaço urbano visava uma melhor administração e controle desse espaço como: sanar os problemas de circulação e de transportes na capital; melhoria no sistema de saneamento e abastecimento de água; Mas também visava um maior controle racional da população nos novos centros urbanos

A partir da segunda metade do século XIX, Paris viverá o período mais intenso de transformações da malha urbana. Foram executadas obras como: construção de parques, implantação de serviços de transporte, edificação de prédios públicos e administrativos, iluminação a gás e abastecimento de água. Essas reformas tinham como intuito permitir a circulação confortável e dinâmica dentro das cidades, como também a erradicação de qualquer vestígio de insalubridade no centro, outra característica também é a supervalorização do espaço público.

O cidadão comum teve que se habituar com toda a instabilidade da vida urbana. Os novos estímulos surgiam por todos os lados, motivados por uma nova realidade sociocultural e tecnológica. Toda essa nova fisionomia das cidades faz com que indivíduo sinta-se um estrangeiro e, ao mesmo tempo, parte integrante dessa massa confusa delineada por uma nova paisagem fugaz e agitada que é o mundo moderno.

A cidade é o reduto das multidões anônimas, dos transeuntes apressados que se aglomeram num fluxo incessante pelas novas e largas avenidas e *boulevards* das grandes capitais, do fluxo dos novos automóveis, dos vendedores de jornais apressados gritando sobre as últimas notícias, da melancolia compartilhada dos bondes movidos a eletricidade, das ruas mal iluminadas. A cidade é síntese dos contraditórios, do que é fugidio e inapreensível, da tentativa desesperada de fazer casa num vórtice que desagrega qualquer tipo valor durável. Em contrapartida, assim como a cidade que, segundo a Historiadora e Antropóloga Mara Regina do Nascimento:

Não é apenas um aglomerado de indivíduos, ruas e instituições, os meios de transportes coletivos também não são apenas ocas caixas metálicas ambulantes a percorrer itinerários; há nos dois, na cidade e nos bondes, o que Robert Ezra Park chamou de estados de espírito: um enleamento gerado pelos processos vitais das pessoas que experimentam o espaço urbano e os equipamentos que o integram. (NASCIMENTO, 1998. p. 127-128)

Essa nova relação do indivíduo com a cidade, do indivíduo com as inovações técnicas, faz com que este mesmo indivíduo seja impelido a desenvolver uma relação mais íntima e orgânica com o espaço urbano emergente.

Ainda sobre essa experiência do indivíduo nas cidades, ela acrescenta:

(....) para além de uma utilidade prática, ou da finalidade produtiva, mas com uma preocupação em viver o presente coletivamente, o indivíduo está ligado a uma comunidade por laços de afeto, de costumes cotidianos, de crenças religiosas e de ações que formam a coexistência social ou a “socialidade” (NASCIMENTO, 1998. p.128)

No meio urbano o indivíduo se vê obrigado a desenvolver novas estratégias de solidariedade que busquem atenuar a sensação de vazio e anonimato provocado por um ambiente que permanece em constante desintegração e mudança. É em meio as tantas incertezas cotidianas – de alimento, de trabalho, de moradia – que este indivíduo será afetado por novas sensibilidades e novas formas de experimentar e conceber a modernidade e toda sua materialidade representada pelas grandes cidades.

PARTE 2 – MODERNOS E MODERNIDADES NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

REPÚBLICA

Deodoro todo nos trinquês
Bate na porta de Dom Pedro 2º
Seu Imperadô, dê o fora
Que nós queremos tomar conta dessa bugiganga

Mande vir os músicos.
Imperador camarada responde
Pois não meus filhos não se vexem
Me deixem calçar as chinelas
Podem entrar à vontade
Só peço que não me bulam nas obras completas de Vitor Hugo.

Murilo Mendes

2.1 – MODERNIDADE PERIFÉRICA

Como foi dito anteriormente, “*a Modernidade é sempre um Devir*”, é um processo de constante transformação no qual a diferença só pode ser mensurada na medida em que novas realidades vão sendo constituídas. Poderíamos, nesse sentido, nos perguntar se é possível falar de uma Modernidade no Brasil na transição do século XIX para o século XX? Se sim. Como se configura e se comporta a modernidade nos países periféricos?

Nos países periféricos como o Brasil, cujo passado colonial, não muito distante no tempo, ainda define os traços identitários, a modernidade se insinua de forma bastante peculiar: ao contrário das grandes metrópoles industriais na Europa que, aliando desenvolvimento tecnológico e científico à produção industrial, principalmente a partir da Segunda Revolução Industrial, quando se intensificam estas transformações, puderam desenvolver uma nova arquitetura urbana, com significativas mudanças no modo de vida dos indivíduos e uma profunda transformação sociocultural; no Brasil, esse processo de transformação foi mais lento e precário, pois tais processos demonstraram-se incipientes do ponto de vista estrutural e econômico e bastante atravessado por tensões sociais.

Tomamos de empréstimo, aqui, com certa heresia, o conceito de Modernidade Periférica cunhado pela ensaísta e crítica literária Beatriz Sarlo, no qual, a partir de uma análise da produção literária entre as décadas de 1920 e 1930, investiga como um processo intenso de modernização da capital Argentina, Buenos Aires, ajudou a produzir uma síntese literária a qual ela denominou como “cultura de mescla”. É esse aspecto híbrido, dissonante, muitas vezes fugidio, que nos ajudará a entender os mecanismos pelo qual opera a Modernidade nas periferias, e de como novas identidades e subjetividades vão ganhando forma neste jogo dinâmico e cheios de tensões que atravessam o conjunto do corpo social.

Essa dualidade entre tradição e modernidade também se fez presente na produção literária e nos círculos intelectuais no Brasil, principalmente após o ensejo vultoso da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo. Oswald de Andrade, um dos mais prolíficos intelectuais da Semana de 22, sintetiza perfeitamente os destinos de uma possível identidade cultural nacional em seu Manifesto da Poesia Pau Brasil, publicado no Correio da Manhã em 1924, e Manifesto Antropofágico – ou Manifesto Antropófago – publicado na Revista de Antropofagia em 1928. Sobre nossas contradições culturais, ele afirma:

(...) Temos a base dupla e presente – a floresta e a escola. A raça crédula e dualista e a geometria, a álgebra e a química logo depois da mamadeira e do chá de erva-doce. Um misto de “dorme nenê que o bicho vem pegá” e de equações. Uma visão que bata nos cilindros dos moinhos, nas turbinas elétricas, nas usinas produtoras, nas questões cambiais, sem perder de vista o Museu Nacional. Pau-Brasil. Obuses de elevadores, cubos de arranha-céus e a sábia preguiça solar. A reza. O Carnaval.

A energia íntima. O sabiá. A hospitalidade um pouco sensual, amorosa. A saudade dos pajés e os campos de aviação militar. Pau-Brasil. (ANDRADE. 1924. P. 02)

Este excerto traduz bem as ambiguidades que estes intelectuais paulistanos observavam na sociedade brasileira. Oswald afinava seu diapasão em consonância com as Vanguardas europeias – surrealismo e futurismo – ao mesmo tempo em que buscava, junto com outros modernistas, pensar o duplo movimento que representava o Modernismo – e a Modernidade – para construção da identidade nacional.

Deglutir, antropofagicamente, o novo, o importado, e fazer deste uma nova simbiose carnavalesca: o conhecimento da floresta, representando a cosmologia indígena, dialogando com o formalismo escolar europeu, representado pela álgebra, equações, geometria; “*a sábia preguiça solar*” que denuncia ironicamente o determinismo geográfico atribuído aos povos dos trópicos, bem como, se contrapõe ao tempo ágil das turbinas elétricas dos novos aviões e dos elevadores das sociedades industriais tidas como modelo avançado de civilização. Por fim, Oswald conclui, “*Só a ANTROPOFAGIA nos une*” (p. 03).

2.2 – Rio de Janeiro: tensões geradas pelo processo modernizador.

Entretanto, é no Rio de Janeiro, então Capital do Brasil, que teremos as transformações mais significativas tanto de ordem política, como a proclamação da República, como do ponto de vista econômico e cultural, com a abolição da escravidão e a chegada de imigrantes e a instituição do trabalho assalariado; o que possibilitou a ascensão de uma nova elite, além de uma significativa transformação da infraestrutura urbana.

Não é estranho que a região Sudeste, em particular o Rio de Janeiro e São Paulo, recepcionasse um processo de modernização antes que outros Estados. O café era o principal produto de exportação brasileiro, tendo em vista a crescente demanda por produtos estimulantes que acompanhasse as transformações no ritmo de vida e do trabalho na Europa; e a economia cafeeira despontava como o principal gerador de riquezas do país.

Até a segunda metade do século XIX, a produção do café nas fazendas do Vale do Paraíba, apesar do volumoso capital que a cafeicultura movimentava, mantinham técnicas de plantio ainda muito rudimentares e arcaicas, e se moderniza muito lentamente, além de contar com um sistema de transporte bastante precário.

Embora esta nova cultura devesse ter, eventualmente, importância enorme, esta nova prosperidade não provinha do uso de novas e avançadas técnicas, mas do plantio em terras virgens. Os métodos de limpeza, plantação e cultivo continuavam rudimentares. A colheita era manual e os frutos do café eram transportados para os depósitos por meio de carros de bois. Até o beneficiamento do café para exportação deixava muito a desejar. Geralmente era espalhado num terreiro de terra batida para a secagem, sendo em seguida separado de sua casca escura num monjolo; somente os maiores e mais prósperos fazendeiros tinham começado a maquinaria mais moderna para realizar esta operação. (GRAHAN, 1973, p. 22)

A partir da segunda metade do século XIX o Brasil experimentou uma guinada rumo a modernização. Ainda durante o Império, incentivou-se a construção de linhas férreas e ampliou-se o número de empresas de navegação a vapor, visando integrar melhor os Estados e portos.

O aparelhamento técnico se desenvolvera bastante. As estradas de ferro, cujo estabelecimento data de 1852, somava cerca de 9.000 km de linhas em tráfego, e outros 1.500 em construção. A navegação a vapor se estendera largamente, e além das linhas internacionais, articulava todo o longo litoral Brasileiro desde o Pará até o Rio Grande do Sul; prolongava-se ainda para o Sul, e pelo Rio da Prata e rios Paraná e Paraguai, comunicava Mato Grosso com o resto do País. No Amazonas também subia as águas do rio até Tabatinga, na fronteira do Peru, e ramificava-se pelos principais afluentes: Madeira, Negro e Tocantins. (JÚNIOR, 1994, p. 196)

Esse investimento em infraestrutura foi o primeiro passo para consolidação das condições de possibilidade de um Brasil que buscava se integrar ao novo contexto global.

Esse período de desenvolvimento, também marcado pelo auge da produção e exportação do café, que possibilitou a emergência de uma nova elite com poder econômico e político. São esses novos agentes sociais que buscaram intensificar a crise da monarquia – esta vista como sinônimo de atraso – e acelerar o processo efetivo de modernização do país.

Foi no contexto desse processo de desestabilização institucional que se fundou o Partido Republicano (1870), propondo a abolição da monarquia, e entrou em cena uma nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares, a chamada “geração de 70”, comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas “ossificadas” do Império baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos. (SEVCENKO. 2006. P. 14)

Richard Graham acrescenta:

Lentamente, o velho edifício começou a desmoronar-se e, em vinte anos, algumas das vigas mais grossas do conservantismo tinham cedido. Depois de 1890, o trabalho foi acelerado, com todas as energias empenhadas em preparar o terreno para um novo estabelecimento caracterizado por uma vigorosa economia industrial, em um estado secularizado e flexibilidade maior na composição comunitária. (GRAHAN, 1973, p. 32)

Ainda que não se possa desconsiderar subsistência de um Brasil marcado por diversas contradições, é possível notar os avanços significativos que o fim da monarquia simbolizava. Quando Império, já um modelo político obsoleto em 1889, é substituído pela República, já apresentava uma nítida remodelação material do País, isto colocava o Brasil efetivamente dentro do contexto da Modernidade. Caio Prado Junior, continua:

Aparecerá no Brasil uma réplica, modesta embora e muito afastada de seus modelos, das grandes praças financeiras da Europa e dos Estados Unidos, com uma atividade e ritmo de vida que procuram aproximar-se delas. Numa palavra, a antiga colônia segregada e vegetando na mediocridade do isolamento, se moderniza e se esforça por sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo. (JUNIOR, 1994, p. 195)

Durante o período republicano, se intensifica ainda mais o conjunto das transformações sociais. O período que sucede será marcado por amplos investimentos na transformação e reforma da infra-estrutura urbana. O Rio de Janeiro, ainda nas primeiras décadas do século XIX, sob a gestão do então engenheiro Pereira Passos, inspirado pelas reformas de Haussmann em Paris, vivenciou a sua fase mais intensa de urbanização. Essas mudanças vão desde a instalação de um novo sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento, abertura de largas avenidas com uma nova arborização, “*construção de edificios públicos no estilo fin de siècle*” (p. 55)

Contudo, o mais importante aqui é também perceber como tais mudanças foram recebidas e experienciadas *pela* população em geral. Essas alterações são significativas e vão determinar os novos arranjos sociais que predominarão na sociedade carioca.

O crescimento das cidades indicava [também] que a maneira de vida urbana tornava-se normal a um maior número de brasileiros. Maior número de pessoas mudava-se para as cidades, rompendo com seus antigos elos com a vida rural. A mobilidade social é mais característica das cidades que do campo e, numa sociedade crescente, as relações sociais são mais propensas a serem tomadas de outra forma do que por meio de um contato íntimo e pessoal. A vida pacata de 1850 tinha cedido lugar a uma exuberante atividade. (GRAHAN, 1973, p. 56)

O aumento da população urbana se deu basicamente por dois fatores: a abolição da escravidão (1888) e o intenso processo de imigração. Estes dois fatores estão intrinsecamente interligados. O desenvolvimento das cidades atraiu um contingente enorme de trabalhadores rurais, geralmente negros remanescentes de escravos, de ex-escravos, que em sua maioria provenientes da região cafeeira que seguiam em busca de melhores condições de vida, compondo assim uma nova massa de trabalhadores livres e assalariados – em sua maioria empobrecidos.

Vê-se que a década que precedeu a República apresenta o maior crescimento populacional relativo. Em termos absolutos, tem-se que a população quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda de absorver 200 mil novos habitantes na última década de século. Só no ano de 1981, entraram 166 321 imigrantes, tendo saído para os estados 71 264. Este enorme influxo populacional fazia com que, em 1890, 28,7% da população fosse nascida no exterior e 26% dela proviesse de outras regiões do Brasil. Assim, apenas 45% da população era nascida na cidade. (CARVALHO, 2005, p. 17)

Esse intenso contingente demográfico trouxe graves consequências para administração municipal, bem como para subsistência dessas famílias. Boa parte dessa população pobre (sobre)viviam em péssimas condições de vida, em moradias precárias. Parte delas ocupavam os barracões e cortiços próximos ao porto, logo depois empurrados pela reforma urbana para os morros da capital formando os primeiros indícios de favelamento. Essa população, em sua maioria eram subempregados ou mesmo desempregados jogado a sorte e a margem do desenvolvimento pelo qual passava os centros urbanos. Eram, sem dúvida, os que mais sofriam com a constante falta de água, falta de saneamento básico e higiene. O que ajudava a intensificar as constantes epidemias de febre amarela e varíola que assolava, principalmente durante o verão, quando a situação se tornava mais grave.

É claro o que essa população não fazia parte do novo projeto de cidade moderna, ao contrário, eles eram um sintoma visível e indesejável que a modernização ocasionava. O projeto higienista de Pereira Passos, auxiliado pelo Diretor-Geral de Saúde Pública Oswaldo Cruz, buscava coibir, com apoio das novas elites cariocas, qualquer prática que não se enquadrasse nesse novo padrão de *Civilité*. Essas práticas iam desde a proibição de cultos religiosos (principalmente os de tradição africana), crenças, os capoeiras (que foram, sem dúvida, os mais perseguidos nesse período), tudo isso ficava sob o acusatório da imoralidade e promiscuidade, coisas que deveriam ser erradicadas na nova sociedade.

O episódio popular da Revolta da Vacina (1904) é sintomático: ele ilustra, como afirma Nicolau Sevcenko, o auge das tensões geradas pelo projeto de modernização no Brasil. Sobre a campanha de vacinação compulsória, ele comenta:

(...)foram criados os batalhões de visitantes que, acompanhados da força policial, invadiam as casas a pretexto de vistoria e da vacinação dos residentes. Se constatassem sinais de risco sanitário, o que naquelas condições era quase inaceitável, tinham autorização para mandar evacuar a casa, cortiço, frege, zunga ou barraco, considerando-os eventualmente à demolição compulsória, e seus moradores não tinham direito à indenização. (SEVCENKO, 2006, p.23)

Não sem motivos os moradores, sentindo-se ameaçados e humilhados, partiram para o enfrentamento contra a ordem pública. O que culminou em um motim no centro da cidade, onde as

reformas estavam em andamento. Os bondes foram atacados, foram arrancados os fios de recém instalada iluminação elétrica, ataques às delegacias. Outros setores da sociedade aderiram à revolta, tais como: profissionais liberais, pequenos comerciantes, artesãos, proletários, sindicatos e até prostitutas. A revolta era o sintoma de uma reforma que se propunha democrática, mas que era, na verdade, nitidamente autoritária e exclusiva, o que talvez nos permita dizer que a Revolta da Vacina tenha sido uma das primeiras manifestações modernas e populares por garantias de direitos civis durante o período republicano.

É interessante perceber que o processo de modernização durante os primeiros anos da República, a princípio, não visava integrar essas populações no conjunto das transformações pela qual passava a cidade do Rio de Janeiro. Pelo contrário, a cidadania – direito daqueles que vivem nas cidades – era um direito restrito a uma elite; o direito à moradia sequer interessava à administração municipal. Ou seja, a República Brasileira era precária em relação às novas demandas sociais ou mesmo na gestão da cidadania, intensificando ainda mais o abismo social entre a elite e o povo.

Assim, apaziguado os ânimos provocados pela ostensiva campanha de vacinação compulsória, dar-se-á a consolidação do projeto modernizador. José Murilo de Carvalho é mais enfático, ele afirma:

Domesticada politicamente, reduzido ao seu peso político pela consolidação do sistema oligárquico de dominação, à cidade pôde ser dado o papel de cartão-postal da República. Entrou-se de cheio no espírito francês da belle époque, que teve seu auge na primeira década do século. (CARVALHO, 2005, p. 39)

A reforma urbana não só deu um ar mais moderno ao Rio de Janeiro, como instituiu uma série de novos hábitos entre a nova elite carioca. Com a cabeça virada para a Europa e as costas para as novas favelas que se formavam no entorno do centro, essa nova elite importará, da Europa, uma série de maneirismos à brasileira.

Pela primeira vez, as pessoas sentiam-se parte desse turbilhão que o desenvolvimento técnico proporcionava. Os jornais anunciavam o que havia de mais novo e moderno na Europa: Chapéus, bengalas, alimentos enlatados, bebidas, cigarros, cosméticos, remédios importados para curar moléstias, móveis e ornamentos para as residências, novas formas de entretenimento e tudo que se aproximasse do modo de vida Europeu. Esses produtos eram intensamente consumidos pelas elites, e definiam também os novos padrões comportamentos, de distinção, poder e prestígio social. Era dessa forma que a técnica e o desenvolvimento material transfiguravam o cotidiano da vida urbana. Era a *Belle Époque*!

Nicolau Sevcenko afirma que: “(...) a experiência de viver nas grandes cidades modernas, planejadas em função dos novos fluxos energéticos e marcadas pela onipresença das novas

técnicas, influencia e altera drasticamente a sensibilidade e os estados de disposição de seus habitantes” (p. 522).

Não é estranho que o hábito de transitar pela urbe tenha se tornado uma prática mais comum nesse período posterior a reforma urbana. As largas avenidas eram um convite a propagação de transeuntes, observadores, trabalhadores. Enfim, a cidade era a *Mise en scène* da modernidade. José Inácio de Melo Souza observa essas transformações:

A reorganização e a nova definição dos papéis urbanos advindos dessa espetacularização fez com que ocorresse a passagem para a rua, como apontou Rosa Maria Barboza, onde ver e ser visto na avenida Central, na avenida Beira-Mar ou mesmo na antiga rua do Ouvidor desencadeou o aparecimento de um outro tipo de personalidade cidadina, o *flâneur*, cujo exemplo mais acabado foi o escritor e jornalista João do Rio. As ruas e avenidas concentravam os três grandes apanágios da modernidade - a moda, os cafés e as sedes dos grandes jornais e revistas - e provocavam o uso democrático do espaço público. (SOUZA, 2003, p. 110)

A vida pública ampliava novos rituais de coesão social ao passo que também indicava uma nova dimensão emergente na constituição da individualidade.

Outro modo elegante de referir-se ao hábito inovador de caminhar pelas ruas sozinho e às pressas era chamá-lo de “andar à americana”. Diferentemente da curiosidade escrutinadora do *flâneur* ou do envolvimento afetivo com a paisagem urbana, típico da *dérive*, o que caracteriza o “passo inglês” ou o “andar à americana” é sobretudo a atitude de total despreendimento por tudo e por todos que estão ao redor. Este ato de introversão implica ao mesmo tempo uma possibilidade de concentração em outros assuntos alheios àquele lugar e àquelas pessoas, ganhando tempo pessoal, que é portanto entendido como mais importante que a realidade adjacente imediata, e numa sincronização com o ritmo acelerado dos novos equipamentos tecnológicos. Paradoxalmente, portanto, ampliação do tempo e espaço privados para o interior do âmbito público e inserção da experiência íntima no plano regulado das energias aceleradas e dos mecanismos massificantes. No primeiro caso há um desinvestimento do público em favor do privado; no segundo, é o privado que passa a se modular por uma norma cada vez mais coletiva. Essa antítese caracteriza a condição por excelência do homem moderno. (SEVCENKO, 2006, p. 551)

O surgimento do cinema como forma de entretenimento popular ilustra bem as novas formas de sociabilidade que o desenvolvimento técnico proporcionava aos cidadãos. Como forma de lazer, o cinema compõe mais um dos diversos aspectos que o indivíduo moderno busca para usufruir do espaço público. No campo da percepção, o cinema opera por um efeito imersivo, o qual altera drasticamente a sensibilidade do olhar. O cinema produziu, com efeito, uma experiência de choque e transição na percepção e imaginação do espectador. Essa interseção entre cinema e a vida moderna explica o motivo pelo qual o cinema foi considerado com a forma de arte do século XX.

No Rio de Janeiro, consta que a primeira exibição cinematográfica ocorreu em 12 de julho de 1896, na movimentada Rua do Ouvidor. Essas pioneiras exibições ainda continham um caráter bastante precário, geralmente eram exibições feitas por ambulantes ou faziam parte de números de prestidigitadores ou outros espetáculos que aportavam nas cidades. Há poucos relatos nos jornais sobre esse primórdio do cinema no Rio, no entanto é possível afirmar o caráter ainda pouco transformador dessa nova tecnologia na formação de uma nova sociabilidade gregária ou que caracterizasse um fenômeno inteiramente moderno.

Em 1890, Oswald de Andrade escreveu a seguinte impressão sobre sua primeira experiência cinematográfica:

Frequentava vagamente o cinema, de que tivera conhecimento em criança, indo assistir com meus pais, numa sala da rua 15 de novembro, a um filme natural. Chamavam aquilo de *fotografia animada* e causava sensação o espirrar da água que parecia vir sobre a plateia. O cinema Biju [sic] existia ao lado do Politeama. Depois foi a época do Íris na rua 15 e do Royal, que precedeu a República, já então de grande público. (ANDRADE, apud SOUZA, 2003, p. 63)

Duas coisas nos surpreende neste excerto: o fato de um intelectual do porte do Oswald ter uma total falta de sensibilidade ao narrar essa primeira experiência, entretanto, esta assertiva é sintomática, pois poucos são os relatos sobre essa primeira fase do cinema no Brasil; uma outra coisa é a constatação de que, até então, o fenômeno do “grande público” ainda não era um fato consubstancializado e só viria materializar-se a posteriori com a instalação dos cinemas fixos.

Em 1907, a diversão moderna, elétrica, luminosa apareceu de súbita profusão na cidade do Rio de Janeiro. Em vários pontos da avenida Central, nos números 103, 147, 154, 173, 179, inauguraram-se salas fixas de exibição: o Cinematógrafo Chic (1-8-1907), o Grande Cinematógrafo Parisiense, depois abreviado para Parisiense (10-8-1907), o Cinematógrafo Pathé (18-9-1907), o Cinematógrafo Paraíso do Rio (28-9-1907), o Pavilhão Internacional (17-10-1907). (SOUZA, 2003, p.119)

É a partir de 1907 que o cinema se populariza no Rio de Janeiro, principalmente quando a eletricidade torna a exibição dos filmes menos instável. E quando avenida Central passa a ser o ponto de encontro da elite carioca e o hábito de ir ao cinema se torna efetivamente popular.

Outra novidade técnica que transformou o cotidiano das pessoas no Rio de Janeiro foram os Bondes – o bonde é uma versão brasileira para a palavra portuguesa *carris*. Os primeiros sistemas de bondes foram instalados ainda na segunda metade do século XIX. Até então, o sistema de transportes era composto por carroças, *tílburis*, *calechés* ou diligências. Todos eram meios de transportes puxados por animais e muito populares no Rio. Os primeiros Bondes também eram puxados por cavalos. É só nas primeiras décadas do século XX que os bondes movidos a eletricidade ganham os centros urbanos e se torna o principal meio de transporte interurbano.

Segundo Elisabeth von der Weid, em sua pesquisa “O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro”, afirma: “ *relação dos passageiros com o novo transporte era um misto de medo e encantamento*’ (p. 09). Este medo descrito, em certa medida, se deve tanto a uma nova percepção da celeridade que os novos meios de transportes encetavam, como também por uma nova forma de sociabilidade que se inaugurava para essas pessoas. José Inácio de Melo Souza, citando caso análogo, afirma que “*os meios de transportes, o bonde, por exemplo, forçavam a utilização de normas inéditas de conduta na circulação urbana ao colocar lado a lado pessoas de extrações diferentes*” (p.111).

Essas normas de civilidade – ou conduta – nem sempre estavam bem esclarecidas para maior parte da população que, de alguma forma, ressignificava a própria noção de modernidade no usufruto do espaço urbano. Ele exemplifica ainda:

E as mazelas eram tantas: o uso de chinelos pelos caixeiros nas lojas; permanecer sentado no bonde sem dar passagem às senhoras; tomar o bonde em movimento, de chinelos ou de tamancos, sem meias, sem gravata, às vezes, sem camisa até em bondes de primeira classe. “Os maus costumes cariocas. Falar baixo, em lugar público, de modo a não incomodar os vizinhos, é uma regra de delicadeza, um preceito de civilidade. Só a gente de classe inferior grita, esbraveja, solta exclamações onde quer que esteja, declarou em agosto de 1909” (SOUZA, 2003, p.118).

Estes são alguns entre tantos aspectos do processo intenso de modernização do Rio de Janeiro e do Brasil na transição do século XIX para o século XX. O advento da República e a expansão Cafeeira, aliado aos intensos investimentos de capitais estrangeiros, ajudou a desenvolver um complexo urbano e dinâmico.

Esses processos incidiram sobre imperativamente sobre as pessoas e seus modos de vida, hábitos e costumes. Todavia, essas mesmas pessoas buscaram ressignificar a modernidade ao seu modo, de forma a dar sentido novo às inovações e as contingências que a modernização perpetrava em suas vidas, e ao qual denominamos de Modernidade Periférica.

PARTE 3 – SIGNOS DA MODERNIDADE: VIVER E FAZER CULTURAL ARACAJUANO

3.1 – Prenúncio hodierno

Ainda na segunda metade do século XIX, Sergipe recepcionou os primeiros ventos da modernidade. O projeto ambicioso, de transferência da antiga capital colonial São Cristóvão para Aracaju, de Inácio Barbosa, indicava um momento chave de transformação, tanto na mentalidade do povo sergipano, quanto na própria estrutura da nova cidade.

Quando, em 17 de março de 1855, durante o governo de Inácio Barbosa, e com o devido apoio do influente Barão de Maruim, se transferiu a capital de São Cristóvão para Aracaju, elevando o pequeno povoado de Santo Antônio a categoria de Capital da Província. São Cristóvão já era uma cidade sem prestígio e em decadência. Todavia, apesar de ser ainda uma das principais economias da Província, ela representava, de alguma forma, com suas ladeiras íngremes, ruas irregulares e estreitas, bem como um porto ineficiente para o volume de exportação, um passado colonial visto como atrasado e anti-moderno. O que dificultava qualquer perspectiva de progresso real para a Província.

De toda forma, é inegável que o projeto de transferência da capital, a princípio, era menos uma vontade pessoal do Dr. Inácio Barbosa, de alguma forma, bastante visionário, que um anseio de uma elite emergente dentro de uma nova dinâmica e descentralização da economia açucareira no Vale do Cotinguiba.

Não raro, um dos principais argumentos daqueles que se posicionavam a favor da transferência era a superioridade do Porto à margem do Rio Sergipe em detrimento do porto no rio Vaza-Barris, antigo ponto de escoamento, além da distância que a antiga Capital, São Cristóvão, mantinha do litoral.

Bárbara Sheila Gonçalves e Freitas argumenta:

Em Sergipe, o Presidente Inácio Barbosa, jovem na época, possuidor de experiência administrativa por já haver ocupado o cargo de Secretário da Administração da Província do Ceará e exercido cargo de Secretário do Rio de Janeiro, foi enviado pelo gabinete que lutava pela conciliação política. Conhecedor do momento de transformação que passava o país, realizou o empreendimento da transferência da capital devido à necessidade econômica para melhor escoamento da produção de açúcar, pois em parte o desenvolvimento de Sergipe dependia da facilidade para distribuição de seus produtos. (FREITAS, 2003, p. 264)

Iniciar o projeto de urbanização em uma região completamente inóspita, onde predominava os manguezais e pântanos, talvez tenha sido o grande feito das gestões que se seguiram na Província. Pois, apesar do desejo de tornar Aracaju em uma capital dinâmica e moderna, a realização se fazia ainda mais difícil e complexa pela falta, a princípio, de capitais. Segundo Antônio Lindivaldo Souza “*ideia de fase colossal para a cidade de Aracaju reapareceu várias vezes nas matérias dos jornais como parte do discurso de muitas autoridades que estavam à frente dessas melhorias*” (p. 115). Colossal na medida em que a construção da nova Capital se fazia com um esforço desmedido diante das dificuldades. Felisbello Freire comenta ainda nítida a desvantagem da transferência, ele diz:

Admira-se realmente a coragem do Dr. Inácio Joaquim Barbosa, que veio consignado para realizar esse atentado. E é para admirar-se que a deliberação da administração não recuasse perante a grande soma de interesses particulares que o ato da mudança ia prejudicar, retirando a vida oficial de uma cidade secular, situada excelente local, de excelentes águas, de saborosas frutas, de abundância de alimento, rodeada de 200 sítios de pequena lavoura, com um município de 43 engenhos, 11 alambiques, 12 fazendas de criação de gado, de ricos e belos edifícios, de clima ameno, para ir atirá-la às praias do Aracaju, onde intenta edificar, de uma noite para o dia, nova cidade, sobre um solo arenoso, que em recentes períodos geológicos serviu de leito do Cotinguiba, e que por isto não pode oferecer base suficiente para grandes e largas edificações. A falta de habitações era absoluta. (FREIRE, 2009, p. 228)

É certo que tais mudanças suscitaria o desagrado dos moradores da antiga capital, agora, destituída. Houveram protestos. A população se via aviltada e negligenciada. A Câmara Municipal lançou uma carta em protesto ao processo de transferência da capital, mas sem sucesso. Segue um trecho:

Illm. E Exm. Sr. – A câmara Municipal d’esta Cidade de S. Cristóvão. Capital da província de Sergipe, a quem foi presente a representação verbal dos habitantes d’ella, não podendo ser indiferente aos justos clamores do povo, que no auge de desespero e exige a observância da lei fundamental do Estado, a cuja sombra repousavam intertes por se julgarem garantia, vem apresentar a V. Ex. por si e em nome de seus concidadãos, pedindo a restrita observância do artigo 5º do acto adicional: representa a V. Ex. para que faça reunir a assembleia nesta Capital, único ponto de suas reuniões, por isso que desde sua instalação até hoje ainda não decretou para fora desta mesma Capital essa reunião. (CAMARA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO apud FREIRE, 2009, p. 229-230)

João Bebe Água foi uma das figuras mais célebres das tensões geradas pelo rebaixamento do Município. Apresentou-se, nesse momento, como o herói pitoresco da causa da antiga Capital Sergipana. Mário Cabral chamou o episódio de “*sebastianismo são-cristovense*” (p.33) em alusão a figura folclórica de Dom Sebastião de Portugal.

Sanada as tensões iniciais e tomada a decisão pela transferência da capital, uma nova empreitada se fazia necessária: transformar o pequeno Povoado de Santo Antônio em uma capital moderna rumo ao progresso. Freitas acrescenta:

(...) para desenvolver este empreendimento Inácio Barbosa convidou o capitão de engenheiros Sebastião José Basílio Pirro (...) o engenheiro Pirro estava influenciado por tendências urbanísticas muito inclinadas a um uso exagerado de linhas retas, por isso o traçado em xadrez que foi utilizado para configurar a nova capital. O plano de Pirro primava pela regularidade excessiva, porém não se preocupava com a região. Seu plano foi realizado com maior rigidez não sendo modificado e nem adaptado para melhor distribuição das ruas e da melhoria da circulação urbana. Sofre uma única modificação, feita pelo próprio Inácio Barbosa, que foi a preterição da linha reta do rio passando a seguir o seu contorno natural. (FREITAS, 2003, p.263)

O projeto de capital em formato de “Tabuleiro de xadrez” seguia um padrão racional e baseado em um discurso de higienização. Dessa forma, se inicia o processo de urbanização da capital. A cidade de Aracaju abria-se rumo a um devir moderno. Mário Cabral conclui:

A cidade de Aracaju, portanto, nasceu assim: feia, pobre, impaludada, perseguida por muitos, ajudada por alguns. Ao nascer não contemplou outra coisa que não fossem mangues, lagoas, pântanos e alagadiços. Engatinhou sobre um charco imenso, onde, nas noites longas e tristes, a saparia coaxava em coro potente e numeroso. (CABRAL, 2002, p.33)

3.2 – Modernidade Pastoral

Segundo Marshal Berman – ao analisar a poesia de Baudelaire sobre o processo modernização de Paris – existe uma cisão na poética baudelairiana em relação às transformações ocorridas durante o período de reforma urbana e seus impactos no modo de vida das pessoas ao qual ele denominou de modernidade pastoral e modernidade antipastoral¹.

Enquanto a modernidade pastoral se define por uma “atitude contemplativa²” frente o conjunto das transformações urbanas motivadas pelo ideal de progresso social, avanços tecnológicos, embelezamento urbano, ou seja, o conjunto de melhoramentos operacionalizadas pelo ideal burguês centrada numa visualidade bastante epidérmica do desenvolvimento das cidades; a modernidade antipastoral se opõe a esta por uma visão crítica dos supostos progressos alcançados

1 BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo. Ed. Companhia das letras. 2007.

2 SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Modernidade e moradia: aspectos do pensamento sobre habitação popular no processo de modernização das cidades sergipanas (1850 – 1955)**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 40. 2010. p. 100

pela modernização, intensificado pelo processo massivo de segregação e mal-estar social vivenciado durante esse período³.

A partir das primeiras décadas do século XX, Aracaju vivenciou a fase mais intensa do impulso modernizador. A Capital tomava uma nova feição, com ares nitidamente modernos, crescimento econômico, além de um tímido, mas significativo, processo de industrialização, tornando-se, com isso, a principal cidade do Estado.

Tais mudanças foram também acompanhadas por uma nova forma de interação com o meio urbano ou mesmo na forma de experienciar a cidade.

Foi neste mesmo período, efetivamente, que uma nova elite passou a residir na capital. Segundo Antônio Lindivaldo Sousa, a chegada dessa elite, ansiosa por experimentar as novidades da vida moderna, que ajudou a remodelar a paisagem urbana de Aracaju.

Algumas dessas mudanças foram significativas, tais como: calçamento das ruas do centro, instalação de um sistema de transporte, encanação e abastecimento de água na capital, construção de um sistema de esgoto, drenagem, aterramento de pântanos e manguezais, instalação da iluminação elétrica, rede de telefonia, bem como ampliação de linhas de trem. Esse desenvolvimento técnico também marcou as construções dos prédios públicos e casas do centro, bem como, no embelezamento de praças públicas e parques⁴.

A historiadora Fabrícia de Oliveira Souza, acrescenta:

Assim, a modernização da cidade é percebida neste texto através das representações elaboradas a partir de alguns de seus aspectos: a instalação de equipamentos urbanos, as preocupações relativas à manutenção e conquista da salubridade, manifestadas pelas normas de higiene perscrutando vários espaços da cidade – escolas, hotéis, pensões, cinemas e habitações, e se estendiam para os cuidados com o corpo dos habitantes através de medidas preventivas e do estímulo ao consumo de produtos para higiene e beleza, propagado nos periódicos. Anexada as ideias de modernização, a higiene era o aspecto preponderante no processo, logo os novos melhoramentos fundamentais na higiene ecoaram nos anúncios e artigos dos periódicos daquele período. (SANTOS, 2003, p. 241 – 242)

Era comum a preocupação do discurso médico sobre as vantagens da higiene na evolução da saúde pública do Estado. Pululavam matérias nos jornais sobre a necessidade de saneamento nas ruas, além de reclamações sobre a falta de higiene dos mercados da capital. Evandro Alves, colunista do jornal O Imparcial, comenta em uma nota: *“ouvimos, dias passados, a um passageiro exclamar: que bela cidade, Aracaju! E como seria linda se revelasse mais gosto nas construções e*

3 Idem.

4 CRUZ, Jeferson Augusto da. **Uma mão de verniz sobre o tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918 – 1926)**. Maceió. 2016. p. 143.

*menos descuido na higiene?”*⁵. Ainda neste mesmo impresso consta uma matéria intitulada “**Pela saúde pública**” a qual transcrevo aqui um trecho:

De todas as artes, nos tempos que ocorrem, é sem dúvida a higiene uma das mais uteis e necessárias porque seu fim principalíssimo(sic) é manter, conservar e melhorar a saúde da humana criatura no meio em que vive.

A higiene constitui hoje ocupação precípua de todas as nações adiantadas e cultas, sendo por sua capital importância social uma das mais importantes conquistas da ciência moderna.

Não fora a higiene e o homem já houvesse desaparecido da face do planeta, tal é a(sic) aluvião de micróbios patogênicos que o cercam por todos os quadrantes da travessia dolorosa da vida.⁶

Antônio Lindivaldo Sousa compreende o papel desempenhado pelos governos na criação de instituições cuja função era atuar sistematicamente no desenvolvimento de medidas sanitárias contra proliferação de doenças e as más condições da malha urbana. Ele acrescenta:

Os serviços de higienização tornaram-se mais equipados na década de 1920. Foram instalados institutos científicos como o Instituto de Química e o “Parreiras Horta” com a importação de técnicos, profissionais ligados ao serviço de exame da água, além de terem sido feitos serviços de profilaxia e drenagem e intensivas visitas às habitações e aos lugares que poderiam servir de focos transmissores de doenças. Foi preciso, neste sentido, traçar planos, agir mais objetivamente, elaborar leis e códigos para se concretizar o modelo desejado de cidade moderna. (2010, p. 118)

Neste período, além dos melhoramentos nas ruas, com calçamento com paralelepípedo e aterros, nota-se também um aumento no número de construções de casas, prédios e igrejas no “quadrado de pirro”.

As imagens mostram a monumentalidade dos palacetes construídos na Aracaju da *Belle Époque* e que provavelmente para serem construídos seguiram as diretrizes de higiene contidas no Código de Postura, pois os padrões higiênicos das habitações deviam passar por constantes fiscalizações dos órgãos de saúde pública como também da Intendência Municipal, que aplicava multas em quem desobedecesse as ordens prescritas para realizar construções, visto que a higiene das residências, sejam elas das elites ou não, consistia em evitar a proliferação de doenças, por isso que era essencial que a arquitetura dessas suntuosas residências tivesse “abertura de áreas internas, cobertas por claraboias, para iluminar e ventilar as alcovas, consideradas o principal vilão da insalubridade domiciliar e urbana”. A falta de iluminação e ventilação nas construções era considerada fator de risco à saúde pública, logo deveria ser controlada através das inspeções feitas nas obras. (CRUZ, 2016, p. 143)

Ele acrescenta ainda:

5 **O IMPARCIAL**, Aracaju, n. 16, 19/08/1918, p.02.

6 _____, Aracaju, n. 27, 31/08/1918, p.01

A Belle Époque brasileira, como um todo, buscou mascarar sua realidade através da arquitetura, encontrando em elementos europeus essa forma “cosmética” de vivenciar os padrões de civilização almejados pela elite e pela classe política. As remodelações das cidades serviram como base para a inserção nesse mundo, o que mostra um estrangeirismo exacerbado, o rompimento com as raízes históricas e culturais do Brasil e a construção de uma identidade pautada em elementos vindos de fora do país. A arquitetura eclética, mais do que nunca, serviu para evidenciar o *status* dos donos dos imóveis e sua relevância na sociedade. (CRUZ, 2016, p. 143)

Além de notar a correlação entre medidas profiláticas, avanço social e desenvolvimento das construções no espaço urbano, nos interessa aqui perceber como esses novos hábitos foram aos poucos fazendo parte do cotidiano das pessoas comuns, adentrando o espaço privado e, inclusive, constituindo novos padrões estéticos tidos como sinônimo de modernidade.

Os jornais e revistas foram, sem dúvida, os principais veículos de difusão desse novo ideal. A proliferação de anúncios, com os novos produtos, ecoou nos cadernos e classificados nos principais jornais da cidade. Continham neles enxaguante bucal, remédios contra moléstias, tônicos para pele, chás importados. Anunciavam-se também, tratamentos odontológicos, serviços médicos, aparelhos para exercícios físicos⁷

De 1910 a 1920, os anúncios dos produtos destinados à saúde eram os que apareciam em maior volume e os que apresentavam as maiores inovações. Por outro lado, a profusão dos reclames de remédios também suscitava a presença das epidemias que grassavam no período: varíola, gripe espanhola e numerosos casos de sífilis. Contudo, a quantidade de remédios anunciada refletia, além de uma abundância de enfermidades, um processo acentuado na indústria química, coadunando-se com o avanço da propaganda impressa no Brasil. (SANTOS, 2003, p.257)

A proliferação desse tipo de anúncio, veiculado nos principais jornais da cidade, denota também um aumento significativo no número de leitores. O aumento do número de leitores indica também um intenso processo de alfabetização e letramento neste período, além do aumento dos cursos de formação profissional nesta capital.

Desde então, a instrução pública passa a fazer parte do projeto de modernização da capital. É nesse contexto que, em 1911, foi inaugurada com solenidades, a primeira Escola Federal de Aprendizes e Artífices instalada na rua de Lagarto com Maruim⁸.

⁷ O IMPARCIAL, Aracaju, n. 27, 31/08/1918, p. 04

⁸ SOUSA, Antônio Lindvaldo. “Ave branca que voa dos pântanos pra o azul...”: as elites e o projeto modernizador de Aracaju nas décadas de 1910 a 1930. In: Temas de História de Sergipe II. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/CESAD, 2010. p. 115

Em um artigo publicado no jornal O Imparcial, fica claro a necessidade de investimentos na instrução pública pela administração de Aracaju, ele diz:

Entre os vários ramos da administração, carinhosamente cuidados pelo governo, justo é reconhecer que a instrução pública lhe tem merecido particular atenção. A maior difusão do ensino, pela criação de novas escolas e seu aperfeiçoamento pela adoção de novos métodos e novas práticas recomendadas pela pedagogia moderna, esse tem sido no assunto o programa pertinazmente (sic) seguido pelo sr. general presidente do Estado⁹.

Observa-se como durante esse período fora difundido o ensino em Aracaju. Nota-se também que a instrução pública com bases na “pedagogia moderna¹⁰” ajudou a difundir, além da leitura, um ensino técnico, voltado para formação de trabalhadores, estes últimos, considerados o motor do desenvolvimento urbano e da civilização.

Civilizar-se era o novo *modus operandi* na nova sociedade Aracajuana, vejamos:

A apropriação dos ideais de civilização e modernidade foi representada em Aracaju, como na maioria das outras cidades, através da busca incessante de elementos que imitassem o padrão europeu de viver. Tais elementos poderiam ser encontrados na arquitetura, nas ruas, nas inovações tecnológicas, como o automóvel e o cinema, nas festas e sociabilidades tecidas no âmbito urbano. (CRUZ, 2016,p 141)

Neste sentido, compunha, também, este cenário, a profusão de novos hábitos de consumo e lazer, além de um número crescente de casas comerciais, cafés¹¹, teatros sorveterias¹², além da mais nova forma de entretenimento popular, o cinema. O centro da nova capital apresentava-se mais dinâmico, o que possibilitava uma vida cultural ainda mais intensa, constituindo o que alguns chamam de *Belle Époque*¹³ aracajuana.

Nota-se como o “Tabuleiro de Pirro” passa a ser bastante valorizado neste período, tornando-se o centro cultural da cidade, dinâmico e atraente.

A chegada do cinema em Aracaju representa perfeitamente o anseio que a população tinha em relação as novas formas de entretenimento e diversão que aportavam na Cidade. Os primeiros cinemas tinham um caráter ainda bastante improvisado e operavam em temporadas, e eram alocados em teatros por exibidores ambulantes¹⁴.

9 O IMPARCIAL, Aracaju, n. 16, 19/08/1918, p. 01

10 VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, regenerar e higienizar: as palavras de ordem da pedagogia moderna em Sergipe (1900 – 1935)**. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 34. 2003-2005.

11 **Diário da manhã**, Aracaju, n. 015, 18/02/1911 p. 02

12 _____, Aracaju, n. 09, 11/02/1911 p. 01

13 CRUZ, Jeferson Augusto da. Uma mão de verniz sobre o tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918 – 1926). Maceió. 2016. p. 141

14 Leite, Ary Bezerra. **A tela prateada. Cinema em Fortaleza 1897 – 1959. Do cinematógrafo aos anos 50**. Governo do Estado do Ceará. 2011.

Segundo Mário Cabral, a primeira exibição de imagens em movimento em Aracaju teria ocorrido em 1899, por um tal de Cipriano Duarte, também pai do poeta, Góes Duarte, e teria ocorrido no Teatro São José¹⁵. Todavia, tal empreitada não teria sido, a princípio, muito promissora, o que fez com que ele desistisse do ofício de exibidor, ou seja, apesar do cinema constituir-se como uma novidade, o público aracajuano ainda não estava habituado com as exibições.

Jerferson Augusto explica:

A apresentação de imagens em movimento não causou muito espanto nos aracajuanos, uma vez que eles estavam acostumados com peças teatrais para o seu entretenimento, o que de fato é verdade. Frequentemente, os jornais publicavam anúncios sobre as apresentações teatrais da capital. Com o passar do tempo, a população começa a se interessar por aquela invenção da modernidade, no entanto “a primeira década do século XX a exibição de filmes em Aracaju era uma atividade esporádica, realizada por empresas itinerantes que viajavam constantemente³⁸⁵”, além disso, a falta de um local específico que fosse usado para as exibições foi um problema: geralmente usavam as dependências dos teatros e a falta de equipamentos também foi outro problema constatado. (CRUZ, 2016, p. 155)

O Teatro Carlos Gomes também recepcionou o *cinematographo* e seus exibidores ambulantes¹⁶. Localizado na rua da Aurora, era comum anúncios em jornais de novas exibições de fitas para o público Aracajuano. Em 22 de março de 1908, o Correio de Aracaju, em nota, anuncia a chegada da empresa Star Cy ao Teatro Carlos Gomes:

Cinematographo

Esteve em nosso escritório em companhia do Sr. Nicolau Pungitori, o Sr. Pecantet, digno representante da empresa Star Cy do cinematographo falante, moderno e aperfeiçoado aparelho que brevemente funcionará no Teatro Carlos Gomes¹⁷.

Segundo Andreza Maynard, até então, o cinematógrafo não era sonoro. O que ocorria era uma junção entre o cinematógrafo e o gramofone para que se tivesse a impressão de um cinema falado¹⁸

Apesar dos cinematógrafos já serem familiares ao público Aracajuano, é somente a partir de 1909, com a instalação dos cinemas permanentes que a prática de ir ao cinema se consolida. O primeiro cinema fixo instalado na Capital, foi instalado permanentemente no Teatro Rio Branco, depois apelidado de Cine-Teatro Rio Branco.

15 CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3ª Edição. Aracaju. 2002. p. 127

16 MAYNARD, Andreza S. C. “Presepe de Sombras” em Aracaju (Sergipe-Brasil): uma reflexão sobre exibições cinematográficas no início do século XX. Revista de História da UEG. v. 3. 2014. p. 135

17 CORREIO DE ARACAJU, Aracaju, n. 142, p.01.

18 MAYNARD, Andreza S. C op. cit. p. 136.

A partir de então, o cinema passa a fazer parte da diversão de todo aracajuano médio. O cinema passa a ser a representação simbólica de um modo de vida moderno. Maynard, confirma:

Em Aracaju inicialmente o anúncio da exibição de filmes era colocado junto à propaganda dos teatros e circos. Na década de 1910 a atividade apareceu na coluna intitulada “Diversões” do jornal Correio de Aracaju. O cinema frequentemente é relacionado à ideia de uma diversão moderna. Baseado no que se entende por concepção neurológica da modernidade, Ben Singer (2004, p. 96) afirma que a modernidade “foi concebida como um bombardeio de estímulos” e que o início do cinema culminou com esta tendência de sensações vívidas e intensas. (MAYNARD, 2014, p. 136 – 137)

A formação de um público cativo em Aracaju fez com que outros cinemas fixos fossem instalados na capital. Surgiram também o *Kinema Ideal*, em 1911, fundado por João Firpo e Flavio Quintella, depois passou a se chamar de Rio Branco, que antes estava locado no Teatro Carlos Gomes e passou para um prédio na rua João Pessoa¹⁹. Em seguida, inaugurou-se o Elite Cinema, em 1912, e o Eden Cinema²⁰. Todos estes cinemas estavam localizados no centro da cidade de Aracaju.

O hábito de ir ao cinema fez com que novas normas de conduta no cinema fossem sendo inseridas no cotidiano da população aracajuana: verificar a fita que seria exibida, ir ao cinema, esperar na fila, ver o filme com a família, com os amigos, com a namorada, fazer silêncio – coisa que nem sempre ocorria. Incluía também, após a exibição da fita, o hábito de transitar pelas ruas do centro, esses deslocamentos inéditos prescindem de uma nova percepção e usufruto do espaço urbano por parte da população nesse período, instituindo o hábito de *flanar*.

Outras tecnologias que também modificaram significativamente a vida dos sergipanos foram os novos meios de transportes, como: o Bonde, o trem e o automóvel.

Os primeiro Bonde foi inaugurado em Aracaju ainda na primeira década do século XX, mas eram puxados por burros, ou seja, enquanto em outras partes do Brasil já se experimentava o Bonde movido a tração elétrica, em Aracaju a realidade dos bondes era outra e bastante precária. O sistema de bondes era administrado pela empresa de transportes *Carris Urbano*²¹.

Segundo historiador Jeferson Augusto da Cruz, eram constantes as reclamações com esse meio de transporte. Eram bastante comuns atos de imprudência dos condutores, problemas técnicos, além do desconforto dos veículos, cancelamento dos serviços sem aviso prévio, empaque constante dos animais²². Entretanto, apesar dos contratemplos e das constantes reclamações, o bonde movido à

19 MAYNARD, Andreza S. C. passim.

20 O IMPARCIAL, Aracaju, n. 10/08/1918 p.02.

21 SANTOS, Fabrícia de Oliveira, passim

22 CRUZ, Jeferson Augusto, passim.

tração animal dinamizou significativamente a vida na capital, possibilitando que boa parte da população tivesse acesso mais rápido ao centro da cidade.

Em 1926, Aracaju teve seu primeiro sistema de bondes elétricos tornando, assim, o serviço de transporte na capital ainda mais eficiente. No auge, Aracaju chegou a possuir cinco linhas de interconexão entre os bairros e o centro da Capital. Isso demonstra como ao longo de três décadas houve grande aceitação desse modelo de transporte pela grande população, ou seja, mesmo sendo um sistema com pouca eficiência, tornara-se imprescindível no cotidiano das pessoas neste período.

Outra forma de locomoção que também gerou bastante impacto na vida dos sergipanos foi o trem. Um dos principais meios de transporte interestaduais e intermunicipais (ao lado do Vapor), a estrada de ferro gerava certa ansiedade na população aracajuana porquê de alguma forma habitava no imaginário coletivo como um símbolo real do progresso do Estado. Veja o depoimento melancólico de um jornalista, no Correio de Aracaju, sobre os insucessos para instalação de uma linha férrea em Sergipe:

Não venho, nem é conveniente agora, apontar as causas do insucesso das tentativas para o progresso de minha infeliz terra.

Basta dizer que se um dia o governo central não tomar a peito estabelecer aquele e outros melhoramentos no pequeno Estado, talvez Sergipe nunca consiga, e com mágoa digo, dar um passo adiante, ficando cada vez mais devastado, não por flagelos da natureza, graças a Deus bastante pródigo para com ele, mas pelos da politicagem que, por infeliz compensação lhe tem sido em males.

O estabelecimento de uma estrada de ferro em Sergipe, além de ser de grande interesse nacional, concorrerá bastante não só para o desenvolvimento material daquele Estado como também para seu levantamento moral²³

Nota-se que a instalação de uma linha férrea em Sergipe era de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado e faz parte dos investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento econômico, mas também para o desenvolvimento social.

Segundo Amâncio Cardoso, desde 1872 havia um projeto de construção de uma estrada de ferro que interligaria Aracaju a Simão Dias. Esse projeto só se realizaria no ano de 1913, quando foi inaugurada um trecho desse projeto que passou a se chamar Estrada de Ferro Timbó-Propriá²⁴. A importância dessa realização para o Estado pode ser mensura pela grande festa de inauguração Veja o que nos diz Fabrícia de Oliveira Santos:

23 CORREIO DE ARACAJU, Aracaju, n. 22, 17/01/1907, p. 02.

24 CARDOSO, Amâncio. **Sergipe nos tempos das ferrovias: nota histórica**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 41. Aracaju , 2011.

Para inauguração desse serviço, foi organizada uma grande festa, a qual teve a praça Fausto Cardoso como Palco, e, a noite, realizaram um magnífico jantar no Palácio do Governo, oferecido pelo Presidente do Estado Siqueira de Menezes. A banda do primeiro regimento da Bahia tocou peças dos mais ilustras compositores europeus. (SANTOS, 2003, p. 251)

Ainda segundo Amâncio Cardoso, a instalação dessas estradas dinamizou ainda mais a economia e a sociedade Sergipana, ele afirma que *“com elas houve um intenso aumento no comércio de mercadoria. Assim como uma diminuição na distância entre parentes, amigos e clientes”*²⁵.

Houveram ainda outros meios de transportes que também penetraram no imaginário social e afetaram a vida dos Aracajuanos nesse período como os carros e o Vapor. Entretanto, eles eram menos populares até então, gerando menos impacto na sociabilidade de modo geral. Não raro, estes novos meios de transportes, a exceção do Vapor, apesar de todo impacto no desenvolvimento social nas primeiras décadas, tiveram que conviver com outras formas de locomoção tributárias de um passado ainda presente na sociedade sergipana como cavalos, carroças e bois, ou seja, apesar dos avanços técnicos, uma boa parte população ainda permanecia à margem de todo desenvolvimento pelo qual passava Aracaju.

Considerações Finais

O período que compreende a Revolução Industrial (1848), na Europa representou o ápice das transformações que caracterizam o que chamamos de Modernidade. Essas transformações afetaram significativamente o modo de ser da maior parte da população na metade do século XX. Notou-se como o processo de desenvolvimento técnico promovido pelos intensos avanços científicos remodelou o espaço urbano atraindo um contingente massivo de trabalhadores ocasionando um fluxo de indivíduos para as grandes cidades, estas consideradas o símbolo máximo da modernidade.

Na França, esse conjunto de transformações foram acompanhados de um intenso processo de urbanização. Observou-se, durante as Reformas Urbanas em Paris iniciadas por Haussmann, que além do embelezamento e medidas de saneamento promovidos pela reforma, houve também um processo de aprimoramento do controle estatal sobre o espaço e seus habitantes.

Notou-se também que o processo de expansão do capitalismo proporcionado pela Segunda Revolução Industrial – ou Revolução Científico-tecnológico – também ajudou a promover a modernização de outros países, dentre eles, o Brasil.

25 CARDOSO, Amâncio. Op cit. p. 378

Vimos que o processo de deslocamento da modernidade em direção as periferias contém características próprias ao qual Beatriz Sarlo acertadamente caracterizou de uma “Modernidade periférica”, ou seja, possui uma dinâmica própria produzidas características que são herdadas do seu processo histórico.

No Brasil, o processo de modernização se inicia timidamente ainda na segunda metade do século XIX. Entretanto, é somente no início do século XX, após a proclamação da República (1889) que se poderá observar uma nítida transformação no espaço urbano e na vida dos Brasileiros.

Aqui o Rio de Janeiro, então capital da República, passa a sentir os primeiros ventos da modernidade. Com o aumento da produção de Café no Vale do Paraíba e vultosos investimentos estrangeiros, principalmente da Inglaterra, o Rio de Janeiro passará por uma remodelação material em sua estrutura urbana.

Esse processo de urbanização atraiu um contingente de pessoas que buscavam melhores condições de trabalho. Lembremos que a abolição de escravidão (1888) e a imigração aumentou significativamente a população urbana.

Durante a prefeitura de Pereira Passos, observou-se uma série de reformas na capital carioca, essas reformas, motivadas tanto pela abundância de capitais, como pelo desejo de uma elite emergente de se modernizar, também tinha como objetivo o controle do espaço urbano. Um sintoma dessa nova gestão exclusora, foi a Revolta da Vacina (1904), onde a população rebelou-se contra o processo de segregação, invasão de privacidade e humilhação, além de todo descontentamento com administração pública em relação aos excluídos do processo de modernização.

Não demorou muito tempo para que outras cidades no Brasil experimentassem também transformações dessa ordem. Aracaju foi uma delas.

Com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855, iniciou-se, ainda que lentamente, um processo de transformação do espaço urbano. O projeto encomendado ao engenheiro urbano Sebastião Pirro, já continha em sua gênese alguns traços do que se tornaria a capital nas primeiras décadas do século XX.

Portanto, tentamos entender os mecanismos pelo qual Aracaju se tornou, apesar do curto período de existência, na principal cidade de Sergipe, atraindo para si, olhares, sonhos e promessas de uma vida mais promissora, cosmopolita e conectada com os modelos de desenvolvimento econômico e cultural proporcionado pela modernização da infraestrutura.

Bibliografia

- ANDRADE, Oswald. **Manifesto Antropófago e Manifesto Pau-Brasil**. São Paulo. Disponível em: <https://goo.gl/Y5T73s>. Acesso em: 01 out. 2016.
- BARBOSA, Josefa Naide. **Em Busca de Imagens Perdidas**: Centro Histórico de Aracaju (1900-1940). Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.
- CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. 3 ed. Aracaju: Banese.2001.
- CALASANS, José. **O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX**. Revista do Instituto Histórico de Sergipe, nº 20, (1960/1965), p. 49
- CARDOSO, Amâncio. **Sergipe nos tempos das ferrovias: nota histórica**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 41. Aracaju, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/VAQVwP> Acessado em 24 out. 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. Companhia das Letras. São Paulo. 1987.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. **O cinema e a invenção da vida moderna**. 2.ed. São Paulo: COSAC NAIFY, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CONRADO, Juarez. **Aracaju dos meus Amores**. Aracaju. Ed. J. Andrade, 1983.
- CRUZ, Jeferson Augusto da. **Uma mão de verniz sobre o tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918 – 1926)**. Maceió. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/Y6V6Vd>. Acessado em 22 out. 2016.
- DANTAS, José Ibarê. **O Tenentismo em Sergipe**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1974.
- ELIAS, Nobert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.
- FONTES, Amando. **Os Corumbas**, Rio de Janeiro: Editora José Olimpio, 17ª ed, 1988.
- FREITAS, Bárbara Sheila Gonçalves. **A ocupação periférica do quadrado de Pirro: Aribé (1901 - 1931)** In: Revista de Aracaju/Prefeitura de Aracaju. Nº 10. Aracaju. 2003
- FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/7n7O7h> Acessado em 18 out. 2016.
- GINZBURG, C. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário**. In: _____ Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História. Tradução Federico Corotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p.143-179.
- GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914**. Tradução: Roberto Machado Almeida. Ed. Brasiliense. 1973.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital: 1848 - 1875**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 4. Ed. 1982.
- JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. 41. Edição. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1994.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2006.

MAYNARD, Andreza S. C. “**Presepe de Sombras**” em Aracaju (Sergipe-Brasil): uma reflexão sobre exposições cinematográficas no início do século XX. Revista de História da UEG. v. 3. 2014. p. 135. Disponível em: <https://goo.gl/sza2TC> Acessado em 23 out. 2016.

MELINS, Murilo. **Aracaju Romântico que vi e vivi**. 2ª Edição. Aracaju-Se. NORGRAF. 2001.

MENESES, Dayse Lima. **Os Trilhos que chegam**. São Cristóvão, monografia de conclusão de curso de licenciatura em História, DHI/UFS

NASCIMENTO, Edna Maria; SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Aracaju urbana e humana: aspectos de uma leitura da cidade**. In: Revista de Aracaju/Prefeitura de Aracaju. Nº 10. Aracaju. 2003

NASCIMENTO, Mara Regina; TORRESINI, Elizabeth W. R. (Orgs). **Modernidade e Urbanização no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCS, 1998.(Coleção de História, 24)

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade: a França no século XIX**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1998.

SANTOS, de Maria Efigênia Barbosa dos. **Biblioteca Pública de Sergipe: reorganização e modernidade**. (1908 a 1918). São Cristóvão, monografia de conclusão de curso de licenciatura em História, DHI/UFS, 1997.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. “**Luz elétrica, Asseio e Promptidão**”: Fragmentos da modernização de Aracaju em jornais e revistas (1910 - 1920). In: Revista de Aracaju/Prefeitura de Aracaju. Nº 10. Aracaju. 2003.

SANTOS, Ulber. **Anúncios de Cinema no Grafis do Correios de Aracaju (1915-1950)**. São Cristóvão. Monografia de conclusão de curso de licenciatura em História.DHI/UFS.

SEVCENKO, Nicolau. **Introdução: Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e Ilusões do progresso**. In: História da Vida Privada no Brasil.Vol. 3. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

_____. **A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio**. In: História da Vida Privada no Brasil.Vol. 3. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. “**Ave branca que voa dos pântanos pra o azul...**”: as elites e o projeto modernizador de Aracaju nas décadas de 1910 a 1930. In: Temas de História de Sergipe II. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/CESAD, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/b2asMl>. Acessado em: 18 out. 2016.

_____. Antônio Lindivaldo. **História e Historiografia Sergipana: notas para reflexão**. São Cristóvão: CESAD, 2013.

_____. Antônio Lindivaldo. **EM NOME DO PROGRESSO E DA LIBERDADE**: “ordem” e “rebeldia” no emergente processo urbano industrial de Aracaju (1910-1930). Monografia

apresentada de conclusão do curso de especialização em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1993.

SOUZA, José Inácio de Melo. **Imagens do Passado: São Paulo e Rio de Janeiro nos primórdios do cinema**. Ed, Senac. São Paulo. 2003.

RODRIGUES, Antônio Edmilson M; FALCON, Francisco José Calazans. **A formação do mundo moderno** / – 2.ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 – 3a reimpressão.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Modernidade e moradia: aspectos do pensamentos sobre habitação popular no processo de modernização das cidades sergipanas (1850 – 1955)**.

In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 40. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/xlrXUj>. Acessado em: 18 out. 2016.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Civilizar, regenerar e higienizar: as palavras de ordem da pedagogia moderna em Sergipe (1900 – 1935)**. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 34. 2003-2005. Disponível em: <https://goo.gl/xlrXUj>. Acessado em: 18 out. 2016.

WEID, Elisabeth von der. **O bonde como elemento da expansão urbana do Rio de Janeiro**. Fundação Casa Ruy Barbosa. Disponível em: <https://goo.gl/6qJwZu> Acessado em: 15 out 2016.